

Líder sai em busca do bloco de Sarney

O presidente José Sarney decidiu ontem executar a promessa que fez no final da semana passada em São Luís, no Maranhão, de que não deixará a Aliança Democrática desmoronar: incumbiu o seu líder na Câmara, deputado Carlos Santana, de buscar aliados em outros partidos de modo a lhe garantir a manutenção de um bloco «majoritário», «sólido e fiel», no Congresso Nacional.

Ao sair do gabinete do Presidente, onde permaneceu quase uma hora, Santana explicou que esta é a sua tarefa — outras lideranças receberam incumbências e o próprio Sarney fará articulações, a partir do Palácio do Planalto, para fazer face ao movimento de rompimento da Aliança. Segundo o deputado, os esforços serão agora concentrados em três partidos que acenam com a

Josemar Gonçalves



Ulysses reinicia negociação

Camargo quer condicionar a cooperação

O senador Afonso Camargo (PR) vai propor hoje, na reunião do diretório da Executiva Nacional do PMDB, que o partido condicione o seu apoio ao presidente Sarney a que ele apresente um plano voltado para a distribuição de renda e o crescimento econômico do país. A seu ver, os peemedebistas terão que romper com o governo, caso o presidente adote um programa que contrarie as propostas do partido. Camargo é, atualmente, o terceiro vice-presidente da Executiva, mas deverá subir para a primeira vice, com o licenciamento compulsório dos governadores Miguel Arraes (PE) e Pedro Simon (RS).

«O problema de relacionamento entre o PMDB e o governo, é o mesmo que o PFL está vivendo, pois este é um momento de definição partidária. Houve uma eleição, e um plano que não há como dizer que não fracassou», justificou o senador para completar que os partidos terão que se posicionar sobre o novo plano econômico do governo. «Na prática, o PMDB vai esperar o anúncio do plano governamental e posicionar-se a seu respeito», adiantou.

Afonso Camargo alertou também que hoje há uma dúvida se não estamos entrando num processo de recessão que estourariam em 90 dias. «O que todos nós tememos é que o país entre em recessão», avaliou o senador para advertir, em seguida, que o PMDB terá que romper com o governo caso o seu programa econômico contrarie as propostas anti-recessivas do partido. Para ele existe uma posição majoritária, mas não explícita entre os peemedebistas em defesa desta posição.

«Devemos discutir se está existindo uma consonância entre o que o partido prometeu e o que o governo está fazendo. Amanhã temos que começar a analisar como o PMDB pode conciliar os compromissos que tem com a opinião pública.

Já o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP) acredita que o PMDB tem que dizer de uma maneira mais concreta o que quer do governo, em relação aos problemas econômicos que atravessa o país. «Num momento de tensão, as pessoas esperam que o partido tome iniciativa para solucionar os problemas que enfrentamos», explicou o senador paulista.

Ministro acha que a união fortalece

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem, em entrevista no Palácio do Planalto, onde despachou com o presidente José Sarney, que a manutenção e o fortalecimento da Aliança Democrática é uma maneira até de «fortalecer o próprio governo».

«Todo esforço para manter a Aliança Democrática é válido e democrático porque contribuirá para se fazer forte a democracia» — comentou o ministro Aureliano Chaves, recomendando que todos devemos fazer, neste momento, «esforços redobrados» neste sentido, a favor da Aliança.

Quanto à definição da duração do mandato do presidente Sarney, o ministro Aureliano Chaves disse que «esta é uma decisão que vai se desenvolver no âmbito da Constituinte».

possibilidade de integrarem o bloco do governo: PTB, PL e PCB. Não revelou, porém, o que o Palácio do Planalto oferecerá em troca de apoio, embora saiba que o PTB regateia pelos 18 votos que possui na Assembléia Constituinte um ministério, além do governo do território de Roraima. O PL e o PCB, por sua vez, são bancadas pequenas, com 6 constituintes o primeiro, e 3 o segundo.

Novos Compromissos

Carlos Santana anunciou ainda a intenção do PMDB propor ao PFL a primeira alteração na carta «Compromisso com a Nação», subscrita pela Aliança Democrática na campanha presidencial de 1984. Ele explicou que novos fatores, decorrentes de uma situação de crise que o país vive, exigem a fixação de novos compromissos.

Lourenço prevê o reatamento

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), vão começar a se reunir com frequência para «costurar os graves problemas» que ameaçam a continuidade da Aliança Democrática. Quem anunciou isto ontem foi o próprio líder do PFL, admitindo que questões atualmente em pauta, como a duração do mandato do presidente Sarney, devem fazer parte dessas conversações, além da «grave situação econômica» do país.

Lourenço informou ter conversado com Ulysses durante a viagem a Carajás, quando ambos teriam manifestado a preocupação quanto aos desdobramentos de um rompimento da Aliança. Segundo o líder do PFL, «não se trata de avaliarmos se estamos satisfeitos com o governo, e sim de pensarmos no que é melhor para o país». Disse ainda que o passo inicial das conversas com Ulysses será «identificar os pontos de atrito entre PMDB e PFL», para então buscar as soluções.

Saulo vê ação regeneradora

Num prazo de 45 a 60 dias, o PFL, não deve tomar nenhuma decisão em favor de um possível rompimento da Aliança Democrática, sob pena de criar constrangimentos à ação «regeneradora» que poderá ser verificada durante os trabalhos das subcomissões e comissões da Constituinte. Esta é a opinião do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), que acredita ser possível agora retomar a «ação regeneradora» identificada com as posições centristas e que encontra muitos adeptos no PMDB.

«Formar correntes majoritárias dentro dessas subcomissões é fato político da maior importância», assinala Saulo Queiroz, que traz à tona novamente o debate em torno da formação de um grande bloco conservador para atuar na Constituinte, integrado pela totalidade do PFL e por setores do PMDB, PTB e PDS. A tese de Saulo é de que, rompendo-se a Aliança, os liberais se veriam diante de um obstáculo de natureza partidária que dificultaria a aproximação com essas facções de centro localizadas no PMDB. «Não há interesse

Citou, como exemplos, a moratória declarada pelo presidente Sarney aos credores estrangeiros, através da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, e o mandato do Presidente da República.

O deputado, mesmo reconhecendo que «Será uma negociação difícil», acredita no acordo com o PFL para assegurar o mandato de seis anos a Sarney (dois já foram cumpridos), alerta para a inoportunidade de reduzir o mandato. «A primeira vista», afirmou Carlos Santana, «se decidíssemos pela redução, teríamos que alterar também os mandatos dos governadores». Para ele, a única saída é um acordo com os partidos da Aliança Democrática antes que o assunto chegue à pauta da Assembléia Constituinte. O presidente Sarney estimula esse acordo.

O líder pefelista garantiu poder afirmar, «com toda a segurança», que ainda é minoritária a corrente de seu partido em favor do rompimento, apesar de pouco antes haver dito que ainda não fizera essa levitação. «Essa proposta (de rompimento) tem que ser profundamente analisada», opinou, considerando em seguida que seria «um desserviço» ao país formalizá-la no atual momento. Ele alegou ainda «falta de tempo» para examinar a questão, devido à sobrecarga de trabalho da Constituinte.

Mostrando-se confiante de que não haverá mais choques com o PMDB, Lourenço disse que chega a esta conclusão com base nas «conversas amenas» que tem tido com o líder daquele partido na Constituinte, senador Mário Covas, em torno da composição das comissões. «Se o PMDB agora nos tentar esmagar, certamente criaria um clima que inviabilizaria a Aliança», ressaltou José Lourenço, enfatizando repetidamente que não acredita, no entanto, nessa postura por parte do PMDB.

Prudência

O vice-líder Inocêncio Oliveira (PE), um dos primeiros integrantes do PFL a propor o rompimento com o governo, sugeriu ontem «prudência» no tratamento da questão, argumentando que a realização da Constituinte está acima dos interesses partidários. Inocêncio diz não ter dúvidas de que é amplamente majoritária a posição das bases do PFL em favor do rompimento com o governo.

Josemar Gonçalves



Lourenço afirma ter iniciado acordo com Mário Covas (esq.)

Volta o tom conciliador

Gerson Menezes

«Não há interesse estratégico em continuar fornecendo material aglutinador para o PMDB». A frase do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), explica o tom conciliador que voltou a predominar nas declarações de integrantes do partido que há pouco tempo ensaiavam até algumas rebeliões, como o líder na Câmara, José Lourenço. Passadas algumas tempestades, como a briga pela composição da Mesa da Constituinte (onde o PFL acabou ficando sem cargo), retoma-se a estratégia, ou seja, renova-se a aposta na divisão dos peemedebistas como forma de unir num grande bloco as correntes moderadas ou conservadoras.

As bases partidárias nos estados, pressionadas por problemas imediatos, e ambientadas num contexto muito mais reduzido do que aquele visualizado na área federal, exercem efetivamente, a seu modo, pressões na bancada do partido no Congresso pelo rompimento, daí surgirem manifestações de parlamentares em favor do caminho da

oposição já verificado exatamente nos estados. O tempo é de indefinições, no entanto, e da cúpula do partido emerge mais uma vez a interseção dos liberais de influir nos caminhos que se tenta percorrer para solucionar a crise. Há amplos setores pefelistas que argumentam ainda que, se pode ser vista como única alternativa para uma melhor performance eleitoral, a estratégia do rompimento não precisa ser evidenciada exatamente agora.

Os liberais apostam na possibilidade de predominância das forças conservadoras e de influência efetiva dessas forças sobre o governo. Ainda ontem, os líderes pefelistas na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, mantiveram encontro com o chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, quando trataram, entre outros assuntos, do programa que o governo está elaborando para enfrentar a crise econômica. Mais do que apostar na influência dessas forças conservadoras, os liberais que insistem na «conciliação» sabem que os canais para que isso ocorra ainda estão amplamente abertos.



Carlos Santana, do PMDB

Acordo deve ser mantido, diz Brossard

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, defendeu ontem, ao sair do gabinete do presidente José Sarney, com quem despachou pela manhã, o fortalecimento da Aliança Democrática durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, opondo-se ao movimento de que o pacto deve se limitar às questões congressuais. Para ele, as ameaças de rompimento, que partem tanto do PMDB quanto do PFL, surgem daqueles que «não pensam no futuro, mas apenas no presente momento».

Brossard lembrou que a nova carta deve sobreviver a muitas gerações futuras e que, para isso, os políticos devem estabelecer acordos para as questões controversas e definir logo os temas onde existe concordância. Toda lei, disse o ministro, é fruto de uma negociação, «a menos que se trate de um regime ditatorial». Como exemplo, ele citou o código penal, que é uma reunião de doutrinas opostas. «Com base no interesse geral», frisou o ministro da Justiça, «é necessário fazer uma composição».

Como um tema consensual Brossard citou a declaração dos direitos individuais, que na nova carta deve ser mantida praticamente inalterada da que está atualmente em vigor. Explicou o ministro que, mesmo no auge do autoritarismo do regime militar, não surgiu uma solução de continuidade. As garantias individuais, ainda que violadas, foi mantida na carta, e para mantê-las «não há necessidade de uma luta parlamentar».

Brossard disse estranhar as declarações de políticos do PMDB que pregam tanto o fim da Aliança quanto o rompimento ao ponto de os ministros do partido terem que deixar o governo, abdicando de seus cargos. «O governo do presidente José Sarney se orienta por um pacto lavrado, publicado, assinado, e que ensejou a formação de uma frente de compromissos nacionais determinados. Um dos signatários desse pacto foi o PMDB», afirmou o ministro da Justiça.

Lobão alerta para o risco do rompimento

São Luís — «A Aliança Democrática foi fundamental para a eleição de Tancredo/Sarney e ela há de ser fundamental também para a transição e preservação da democracia no país». A opinião é do senador Edison Lobão (PFL-MA), sobre a ameaça de rompimento dos dois principais partidos de sustentação do governo José Sarney (PMDB/PFL), cujo assunto será tema da pauta da reunião da comissão executiva do PMDB, hoje, em Brasília.

«Todos nós do PMDB e do PFL, através de suas principais lideranças — afirmou Edison Lobão — estamos empenhados na manutenção da Aliança Democrática, e acrescentou que «a nação vive, no momento, extremas dificuldades econômicas, na medida em que nós geramos mais dificuldades sob o ponto de vista político. As decorrentes do setor econômico tendem a se agravar», frisou.

Para Edison Lobão, é dever de todos os políticos do PMDB e PFL lutar pela preservação da Aliança Democrática fortalecida como forma de redundar em benefício da nação.

SECTARISMO

O deputado Maurício Campos, presidente do Partido da Frente Liberal, criticou duramente os setores «sectários» no PMDB que negaram um acordo com o seu partido. Para Maurício Campos, durante toda a negociação entre os dois partidos, ficou patente que o PMDB não confia no PFL.

«Não quisermos dar os cargos de 1.º vice-presidente para nós, porque se o dr. Ulysses se afastasse, nós assumiríamos», disse Maurício Campos. O presidente do PFL disse ainda que os parlamentares do seu partido que reclamam da falta de orientação política do PFL, têm toda razão.

Deputado do PMDB quer romper Aliança

Os deputados Expedito Machado (PMDB-CE), Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Renato Vianna (PMDB-SC), coordenadores de bancadas do PMDB, querem o engajamento definitivo do partido em seu papel de governo, através de um trabalho de base. Esse trabalho espelhará na Constituinte e no Governo Federal a vontade majoritária do PMDB, que foi diluída na grande frente de transição representada pela Aliança Democrática. O deputado Renato Vianna vai mais longe e prega o rompimento definitivo da Aliança, com a separação do PFL e PMDB e a ocupação dos espaços nos ministérios, hoje preenchidos pela Frente Liberal.

«A separação, já inevitável nos estados, revitaliza o PMDB e anima-o a retomar o seu caminho», justifica o parlamentar. «Além disso, os resultados das urnas já colocaram, de direito, o PMDB no governo. Hoje temos o ónus de ser governo, mas não temos o bônus, pois os ministérios ocupados pelo PFL representam mais de 70% do orçamento da União. O PMDB quer ser governo, de fato, e para isso exige uma ampla reforma ministerial».

Para os três parlamentares, a função central dos coordenadores de bancada é fazer uma revolução interna, com a reestruturação do comportamento ideológico do PMDB e da torma de relacionamento entre liderantes e liderados.

Participação

O deputado Expedito Machado considera que o ressurgimento da importância do papel do coordenador de bancada nasceu da exigência da própria bancada do PMDB, renovada em cerca de 70%. «Os parlamentares do PMDB não aceitam mais

acordos e posturas das lideranças, sem a sua participação efetiva. Hoje o líder tem que exprimir a vontade do partido e não simplesmente imprimi-la, através de imposições. É o renascimento de prática partidária e uma busca dos rumos que o partido pretende tomar daqui para frente».

Ele considera que o PMDB é hoje não um partido, mas uma frente partidária que reúne extremos, da direita à esquerda. «Só a partir da discussão dos grandes temas nacionais, no decorrer dos trabalhos da Constituinte, saberemos se será possível juntar tudo na mesma cuia».

Sem arranhões

Para o deputado Bernardo Cabral, o trabalho dos coordenadores de bancada não visa enfraquecer as lideranças partidárias, mas, ao contrário, fortalecê-las, na medida em que elas expressem o pensamento das bases. «O trabalho das coordenadorias de bancadas junto aos líderes é uma forma de colocar o PMDB nos seus verdadeiros trilhos, ou seja, um partido voltado para as grandes causas populares. Com os acontecimentos recentes, como por exemplo as eleições para a Mesa da Constituinte, o PMDB demonstrou que o melhor caminho é decidir com o apoio das bases, a fim de que se torne homogêneo em suas decisões. Só assim os acordos estabelecidos pelas lideranças, por decisão de seus membros, não sofrerão arranhões».

Ele não se arrisca, ainda, a traçar um caminho ideológico do partido, mas diz que há uma inclinação generalizada para que o PMDB assumira a sua postura de governo, tomando as rédeas dos destinos do país. «Queremos ser sujeito e não objeto das decisões».

Forças Armadas lembram os 23 anos da revolução

«Toda população brasileira tem seus pensamentos e aspirações sintonizados com a Assembléia Nacional Constituinte e sua histórica missão de elaborar a Carta Magna. Que ela seja a resultante fiel e poderosa de todos os vetores da vontade geral dos brasileiros, a base para o equacionamento construtivo e realístico dos problemas que nos afligem, o alicerce seguro para o novo edifício político-institucional».

As observações, dos três ministros militares, estão contidas na Ordem-Dia alusiva ao 23.º aniversário do 31 de março de 64, comemorado hoje pelas Forças Armadas. Eis a íntegra do documento:

Em 31 de março de 1964 a Nação disse não à aventura, repudiou as teses extremistas e, fiel a sua índole e tradição, voltou-se resoluta para a senda da vivência democrática.

As Forças Armadas orgulham-se da afinidade, coesão e firmeza com que participaram destes sentimentos e ações, uma vez que este sentir e agir eram, naquele momento histórico e decisivo, a própria vontade nacional defendendo a herança das gerações futuras.

A sonhada hora de reconstrução institucional e revitalização da democracia não souou com a rapidez pretendida, pois sobrevieram situações indesejadas que a Pátria houve por bem esquecer, num sábio acordo do qual as Forças Ar-

madas co-participaram e acatam sincera e disciplinadamente.

Hoje, mercê da liberdade e soberania preservadas, esses momentos de reconstrução vêm se aperfeiçoando.

Toda a população brasileira tem seus pensamentos e aspirações sintonizados com a Assembléia Nacional Constituinte e sua histórica missão de elaborar a Carta Magna. Que ela seja a resultante fiel e poderosa de todos os vetores da vontade geral dos brasileiros, a base para o equacionamento construtivo e realístico dos problemas que nos afligem, o alicerce seguro para o novo edifício político-institucional. E mais que isso: março e o rumo de um novo tempo, Lei Suprema a que não de subordinar-se todas as leis, todos os poderes e todos os cidadãos.

As vésperas de 31 de março de 1964, a Nação estava envolta em sombras, perigos e ameaças; em 31 de março de 1987, vivemos livremente um novo tempo de paz, esperanças e reconstrução.

Afastadas as sombras, conjuradas as ameaças, restabelecida a concórdia e aberto um novo horizonte de esperança, fatos que se prenciam, estão a Marinha, o Exército e a Aeronáutica onde sempre estiveram e estarão — navegando, marchando e voando — serena e decididamente, lado a lado com a Nação, seu berço e sua razão de ser.

Presidente promove oficiais

Seguindo fielmente as listas que lhe foram enviadas pelos altos comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica, o presidente José Sarney promoverá hoje 31 oficiais generais nas três forças, permitindo que ascendam ao posto detentor de quatro estrelas o general Waldir Eduardo Martins, do Exército e chefe da agência central do SNI, e o almirante Ache Pillar, da Marinha e comandante em chefe da Esquadra. Na Aeronáutica, desta vez, não houve promoção ao mais alto posto, o de tenente-brigadeiro.

A referendar as listas de candidatos aos postos de generalato nas três forças, o presidente Sarney assinou, igualmente, os re-

manejaamentos em alguns importantes cargos nas Forças Armadas, como os novos comandantes do Comando Militar do Este e do Comando Militar do Nordeste, ambos do Exército. Para o primeiro comando, com sede no Rio, deve ser nomeado o general Athos César Baptista Teixeira, atual chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações e ex-comandante da 1.ª Região Militar, enquanto o recém-promovido Waldir Martins saíra do SNI para comandar Recife. O problema do Nordeste, atualmente, é que seu titular, o general Demócrito Correa Cunha, encontra-se hospitalizado há 4 meses.

Caso Camaragate chega ao fim com absolvição

Goiania — O diretório regional do PMDB absolveu, em reunião ontem à tarde, cinco vereadores contra os quais o Conselho de Ética do partido havia pedido suspensão por um ano, acusando-os de terem se envolvido no escândalo «Camaragate», ocorrido em dezembro do ano passado.

A reunião começou por volta de duas e meia da tarde, terminando por volta de 18 horas. Os cinco principais acusados pelo Conselho de Ética, de terem exigido um milhão de cruzados cada um, para aprovarem mensagens de interesse do executivo municipal, além do prefeito Daniel Antônio, não foram julgados porque já haviam se desfilido do partido. O conselho de Ética havia pedido, contra todos eles, inclusive o prefeito, expulsão do PMDB. Outro que já havia

saído do partido é Paulo Ribeiro, atual presidente da Câmara Municipal de Goiania.

O primeiro voto do diretório foi do governador, Henrique Santillo, já que os ex-governadores, Iris Rezende e Onofre Quinan, não compareceram à reunião, justificando a ausência. Santillo disse que, como havia prometido, votou em aberto e de acordo com os autos. «Como os autos não trouxeram nenhuma prova contra os cinco vereadores, votei pelo arquivamento», disse ao deixar a reunião. Da mesma forma justificaram-se os senadores Irapuan Costa Junior e Iram Saraiva, e o prefeito interventor de Goiania, Joaquim Roriz. Santillo foi mais longe: disse que votaria pela expulsão de Daniel Antônio e dos cinco vereadores contra os quais há provas concretas, mas eles já não estão mais no PMDB.